

ANEXO IV

POLÍTICA TARIFÁRIA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. A BHTRANS determinará a política tarifária a ser implantada no Sistema de Transporte Público Suplementar de Belo Horizonte, inclusive o valor das tarifas.
- 1.2. A política tarifária a ser implantada no Sistema de Transporte Público Suplementar de Belo Horizonte, inclusive o valor das tarifas, será definida considerando a característica do serviço ser suplementar ao Serviços de Transporte Público Coletivo e Convencional de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte.
- 1.3. O valor da tarifa será definido de modo que a receita tarifária seja suficiente para a cobertura dos custos de prestação dos serviços, inclusive a remuneração do capital do Permissionário, considerando o estudo de viabilidade econômica do sistema constante do Anexo II.
- 1.4. As receitas apuradas, incluindo as alternativas, complementares e acessórias, serão repartidas entre os permissionários pela Câmara de Compensação de Resultados, adotando chave de repartição estabelecida pelos permissionários;
- 1.5. A Câmara de Compensação de Resultados é uma conta gráfica e bancária, exclusiva para a movimentação da compensação de receitas e aplicação financeira do FGC;
- 1.6. A Câmara de Compensação de Resultados tem como objetivos:
 - 1.6.1. Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço
 - 1.6.2. Gerenciamento financeiro consolidado do Serviço de Transporte Suplementar de Belo Horizonte;
 - 1.6.3. Aplicação de tarifas unificadas por redes ou linhas;
 - 1.6.4. Racionalização do uso do transporte
- 1.7. A BHTRANS é o agente fiscalizador e controlador da Câmara de Compensação de Resultados podendo requisitar documentos e realizar ou determinar a realização de auditoria.
- 1.8. Compete ao Consórcio de Permissionários, relativo à Câmara de Compensação de Resultados:
 - 1.8.1. Manter conta aberta em instituição bancária oficial, aprovada pela BHTRANS, para efeito de movimentação da Câmara de Compensação de Resultados;
 - 1.8.2. Fazer a compensação de resultados conforme o seguinte calendário:
 - 1.8.2.1. 1º período: do dia 1º ao dia 10 de cada mês;
 - 1.8.2.2. 2º período: do dia 11 ao dia 20 de cada mês;
 - 1.8.2.3. 3º período: do dia 21 ao último dia de cada mês
 - 1.8.3. Fazer o pagamento da compensação, sendo a compensação o valor a ser pago ou recebido pelo permissionário conforme a chave de partição estabelecida, até 10 dias após o final de cada período.
 - 1.8.4. Enviar, quando solicitado e no prazo estabelecido, à BHTRANS os seguintes relatórios, relativos ao mês anterior:
 - 1.8.4.1. Nota demonstrativa de valores de débito ou crédito por permissionário;
 - 1.8.4.2. Comprovante de créditos ou débitos bancários por permissionário
- 1.9. Os Permissionários remeterão , quando solicitado e no prazo estabelecido, à BHTRANS cópia de todos os atos de administração e prestação de contas da Câmara de Compensação de Resultados, que os tornarão públicos, ressalvados os dados protegidos pelo sigilo bancário.
- 1.10. A partição da receita entre os permissionários, a partir do 25º mês após o início da prestação dos serviços, será feita levando-se em consideração a qualidade operacional de cada permissionário, segundo a fórmula:

Remuneração = 0,98 Receita + 0,02 Receita x IQO, onde:

IQO: Índice de Qualidade Operacional.

1.10.1. Do 1º ao 24º mês a partir do início da prestação dos serviços a partição da receita entre os permissionários será feita obedecendo aos seguintes critérios:

1.10.1.1. Do 1º ao 6º mês:

Até o 6º mês subsequente ao início da operação do SRTP, a remuneração de cada permissionário será o resultado da aplicação do Coeficiente de Partição da Receita da linha (CoefR) sobre a receita total arrecada no sistema num dado período.

Remuneração por Permissionário = Receita x Coeficiente de Partição da Receita por Permissionário

1.10.1.1.1. Os coeficientes de partição da receita por permissionário, para cada linha, que produzirão a remuneração de cada permissionário do 1º ao 6º mês, serão os constantes da tabela abaixo:

Linha	Coeficiente de Partição da Receita por Permissionário
S11 - CRUZEIRO/GUTIERREZ	0,002785
S20 - PALMEIRAS / SERRA	0,002797
S21 - DOM CABRAL / BH SHOPPING	0,002877
S22 - BURITIS / METRÔ CALAFATE	0,003148
S31 - PETRÓPOLIS / BAIRRO DAS INDÚSTRIAS	0,003090
S32 - ITAIPÚ / CARDOSO	0,003139
S33 - LINDÉIA / MILIONÁRIOS	0,003519
S41 - CONJUNTO CALIFÓRNIA / PRADO	0,002988
S50 - CAIÇARA / UFMG / CIDADE NOVA	0,003449
S51 - CIRCULAR PAMPULHA	0,003285
S53 - CONFISCO / SÃO GABRIEL	0,003242
S54 - DOM BOSCO / SHOPPING DEL REY	0,003599
S55 - SANTA MÔNICA / MINAS SHOPPING	0,003285
S56 - SÃO JOSÉ/ VILARINHO.	0,003653
S60 - CIRCULAR VENDA NOVA	0,003261
S61 - LANDI / ESTAÇÃO VILARINHO	0,003374
S63 - CIRCULAR VENDA NOVA	0,003690
S64 - CIRCULAR VENDA NOVA	0,003463
S65 - SÃO BERNARDO / MINAS CAIXA	0,003727
S66 - TUPI / EUROPA	0,003623
S70 - CONJUNTO FELICIDADE / SHOPPING DEL REY	0,003352
S81 - CIRCULAR NORDESTE	0,003315
S82 - CIRCULAR NORDESTE	0,003280
S85 - MINAS SHOPPING / SANTA INÊS	0,002966
S92 - ESPLANADA/BURITIS	0,003606

O Coeficiente de Partição da Receita por Linha/Permissionário – CoefR, foi estabelecido a partir do custo padrão de cada linha calculado para um mês típico com 22 dias úteis, 4 sábados e 4 domingos, a partir dos dados de operação do sistema relativos ao mês de maio de 2014. Esse coeficiente representa a relação entre os custos médios de cada veículo em operação numa dada linha em relação ao custo total calculado para o sistema no mês.

1.10.1.2. Do 7º ao 24º mês:

Para partição das receitas do SRTP, serão considerados os seguintes parâmetros:

Receita Total do Sistema → Somatório das receitas tarifárias e eventuais outras receitas num dado período;

Custo Operacional do Sistema → Total de custos planilhados, necessários à operação do serviço,
Pro Labore → Parcela fixa de remuneração de cada permissionário, definida pela BHTRANS;

Resultado Operacional → Diferença entre a Receita Total do Sistema e o Pro Labore total proposto;

IQO → Índice de Qualidade Operacional, a ser definido pela BHTRANS, que será utilizado como critério de distribuição parcial da receita a partir de resultados alcançados na operação;

Receita de Remuneração → Total de receitas que servirá de base de remuneração aos permissionários em caso de Resultado Operacional negativo.

A partir do 7º mês de operação do SRTP, a remuneração de cada permissionário se dará com a aplicação da seguinte fórmula:

I – Sendo o Resultado Operacional <0:

$RP(i) = CoefR \times RM(i) + Pro L$, onde, RP é a remuneração do permissionário no período i

CoefR será o coeficiente de remuneração calculado em função do Custo Operacional de cada veículo/Linha em função do total de Custo Operacional do Sistema;

RM(i) é a Receita de Remuneração

Pro L é a parcela de remuneração fixa definida pela BHTRANS.

II – Sendo o Resultado Operacional ≥ 0 :

$RP(i) = COV(i) + Pro L + SRO$, onde,

RP é a remuneração do permissionário no período i

COV será o custo operacional médio do veículo na linha no período i;

Pro L é a parcela de remuneração fixa definida pela BHTRANS;

SRO é a distribuição equânime, de eventuais saldos de receitas, entre os permissionários;

O SRO terá a seguinte fórmula:

$SRO = \text{Resultado Operacional} / N^{\circ} \text{ total de permissões.}$

A BHTRANS definirá o IQO e estabelecerá o percentual de receitas a ser distribuído entre os permissionários mais bem classificados no quesito qualidade operacional. A partir dessa definição, a Receita de Remuneração deverá ser deduzida da parcela a ser distribuída para esse fim a título de Remuneração

1.10.1.2.1. Do 7º ao 24º mês os Coeficientes de Partição da Receita por Permissionário Mês serão calculados pelo Consórcio de Permissionários.

1.10.1.2.2. O critério de cálculo dos Coeficientes de Partição da Receita por Permissionário Mês deverá ser previamente aprovado pela BHTRANS.

1.10.1.2.3. Caso o Consórcio de Permissionários não submeta o critério de cálculo à aprovação prévia pela BHTRANS, ou o critério não seja aprovado, serão aplicados os Coeficiente de Partição da Receita por Permissionário definidos para o período do 1º ao 6º mês.

1.11. As variáveis referenciais e demais informações relativas à viabilidade econômica do Sistema estão descritas no Anexo II.

1.12. As receitas alternativas, complementares e acessórias inerentes aos Serviços e decorrentes de projetos associados ou de outras atividades empresariais autorizadas pela BHTRANS, conforme disposto no Regulamento, devem ser contabilizadas em separado.

1.13. Os usuários do Serviço Suplementar deverão ter ampla facilidade de acessibilidade espacial e, para tanto, todas as linhas do Serviço Suplementar poderão ser integradas tarifariamente entre si, por meio de integração temporal, podendo também haver integração com os outros modos e serviços de transporte do Município e Região Metropolitana.

1.14. A BHTRANS regulamentará os parâmetros de integração e os complementos tarifários para cada par de integração.